

Escrita epistolar: da cena prática à forma de vida

(Écriture épistolaire: de la scène pratique à la forme de vie)

Matheus Nogueira Schwartzmann¹

¹Universidade de Franca (Unifran)

matheus_nogueira@uol.com.br

Résumé: Ce travail analyse des extraits de la Correspondance du poète portugais Mário de Sá-Carneiro qui illustrent le passage du niveau des “scènes pratiques” (le niveau de la pratique sémiotique) au niveau des “formes de vie”, selon le modèle théorique de Jacques Fontanille, qui a suivi les propositions pionnières d’A. J. Greimas. On cherche aussi montrer la constitution des figures-signes, des textes-énoncés et des objets-soutiens qui sont à l’origine de la scène pratique épistolaire de M. Sá-Carneiro. On décrit de manière générale les accommodations stratégiques (des croisements) entre cette pratique d’écriture et d’autres pratiques possibles, ce qui permet la constitution d’une forme de vie épistolaire où l’on peut apercevoir l’identité d’un sujet dont l’écriture est la seule façon de vivre.

Mots-clés: pratique sémiotique; forme de vie; correspondance.

Resumo: O presente artigo, tomando excertos da “Correspondência de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa”, pretende ilustrar como se dá a passagem das “cenas práticas” (o nível da prática semiótica) ao nível das “formas de vida”, segundo o modelo teórico elaborado por Jacques Fontanille na esteira das proposições pioneiras de A. J. Greimas. Também busca apontar para a composição das figuras-signos, dos textos-enunciados, e dos objetos-suportes que estão na base da cena prática epistolar de M. Sá-Carneiro. Descreve-se, ainda, de forma geral, o cruzamento entre essa prática de escrita e outras práticas possíveis que, reunidas, acabam por constituir uma forma de vida epistolar que conserva a identidade de um sujeito cuja escrita torna-se o único modo de vida.

Palavras-chave: prática semiótica; forma de vida; correspondência.

Introdução

... elles (les formes de vie) se presentent comme des “univers” sémiotiques en partie autonomes, qui interessent tout aussi bien les modes d’émergence et de constitution du sens (“le sens de la vie”) que la typification et l’énonciation.

Jacques Fontanille, em “Les formes de vie”, p. 7

Na escrita das cartas de Mário de Sá-Carneiro, a sinceridade, a verdade, a amizade, e o próprio suicídio – formas discursivas marcadas pela afetividade, nascidas de percursos passionais que o sujeito assume e de estratégias de veridicção que a carta, tomada enquanto objeto significante, instaura –, ocupam lugar de destaque, e compõem, em meio a uma prática semiótica, uma forma de vida específica. A partir da descrição dessa forma de vida pode-se depreender, na sua correspondência, a constituição identitária de um sujeito epistolar, que, como mostraremos, é um sujeito (proto)típico, (con)formado pelas coerções que o texto epistolar, a prática postal e o objeto suporte lhe impõem.

De início, tomaremos aqui a carta como um objeto inserido em uma situação semiótica particular, participando sempre de uma prática semiótica específica, legível graças à sua manifestação por meio de uma cena prática.

A cena prática é o resultado de uma experiência prática que se torna um dispositivo de expressão semiótica. Isso porque, de acordo com Fontanille (2008b, p. 6), “a experiência semiótica sobre a qual se baseia o nível de pertinência das práticas é aquela que resume a expressão ‘em ato’”. Isto é, as expressões “enunciação em ato”, “semiose em ato”, “significação em ato”, tão amplamente difundidas, apontam para uma percepção da significação como algo dinâmico. Tal concepção da significação indica a seguinte evidência: toda semiótica do “em ato” preocupa-se mais com os processos de construção de sentido que com os seus próprios constructos finais. Desse modo, a significação “em ato” não pode, efetivamente, ser vista em funcionamento, quando representada em um texto-enunciado, pois nesse nível de imanência (talvez o mais tradicional objeto de estudo da semiótica até os dias de hoje) tem-se apenas o resultado de um processo primeiro. E por isso que para que se torne visível o processo, é preciso que observemos a sua prática desenvolver-se em uma cena, que é aquilo que se pode efetivamente observar e, por isso, é a expressão de um processo de significação.

A ideia de prática semiótica já estava presente no *Dicionário de semiótica* (2008, p. 380), em que se pode ler a seguinte definição:

[...] [as práticas são] processos semióticos reconhecíveis no interior do mundo natural e definíveis de modo comparável aos discursos (que são práticas verbais, isto é, processos semióticos situados no interior das línguas naturais). As práticas semióticas [...] apresentam-se como sequências significantes de comportamentos somáticos organizados [...]. Os modos de organização desses comportamentos podem ser analisados como programas (narrativos) cuja finalidade só se reconhece *a posteriori*.

E é justamente por ser a *prática semiótica* um comportamento regido por valores socioculturais que podemos tomar a troca epistolar como prática semiótica, na qual temos, justamente, a configuração, nas cenas, de comportamentos e atitudes estereotipadas, isto é, formas de vida específicas.

No caso das cartas, temos o estabelecimento de uma cena prática epistolar em que os comportamentos somáticos e cognitivos dos sujeitos implicados podem ser descritos e analisados em relação aos textos-enunciados e aos objetos-suportes em que estão inscritos. Ou seja, a prática implica em certa alteração dos corpos e das figuras: os papéis actanciais e temáticos, os atos, as modalizações, as paixões, etc., acabam concentrando-se sobre os processos/predicados, que também são delimitados por “valências” actanciais e modais necessárias à sua própria atualização.

Será então “a cena, enquanto narrativa estereotipada” que vai atuar “como uma moldura-limite, um roteiro fechado que permite identificar a extensão da prática” (PORTELA, 2008, p. 51). Todo objeto, por exemplo, que tenha um uso específico, tem sua existência manifestada como uma cena predicativa prática, já que desempenha um papel actancial que prevê o exercício de uma prática específica. O uso desse objeto (seja uma ferramenta simples, como uma faca ou um martelo, seja uma ferramenta complexa, como uma máquina de escrever ou mesmo um aparelho celular), isto é, sua ação sobre um “segmento figurativo do mundo natural (o ‘substrato’ da prática)” (FONTANILLE, 2008a, p. 22) funciona como uma atualização enunciativa.

A cena é, portanto, composta de um ou mais processos, cercados pelos actantes próprios a esses processos. Dessa forma, tanto aquele que manipula o objeto quanto o

próprio objeto estão ambos inseridos em uma mesma cena predicativa em que o processo para o qual o objeto é destinado nasce tanto “da natureza figurativa do substrato” quanto da “temática da própria prática” (FONTANILLE, 2008a, p. 22). Isto é, o fazer manifestado na prática tem uma ligação estreita com as características dos corpos e objetos que ela mesma modifica. Na prática da carpintaria, por exemplo, um serrote poderá ser empregado para serrar uma tábua de madeira, mas não poderá serrar uma lâmina de vidro. Já a superfície de vidro dificilmente estará implicada em práticas de serragem, pois a matéria do vidro permite apenas ser cortada ou polida, mas não serrada – e se pode ser serrada, não o será com uma serra de madeira.

O lugar da prática e da forma de vida: níveis de pertinência

Os diferentes níveis de pertinência da experiência semiótica podem ser convertidos em certos tipos de semióticas-objeto, já que são elaborações progressivas da experiência, dividindo-se em seis tipos distintos: a experiência figurativa – que acontece no nível dos **signos**; a experiência interpretativa e textual – que acontece no nível dos **textos-enunciados**; a experiência corpóreo-material – que acontece no nível dos **objetos**; a experiência prática – que acontece no nível das **cenar práticas**; a experiência das conjunturas e dos ajustamentos – que acontece no nível das **estratégias**; e a experiência dos estilos e dos comportamentos – que acontece, por fim, no nível das **formas de vida**. Dessa maneira, cada nível de pertinência acaba correspondendo a um plano de imanência específico e a hierarquia entre eles torna-se também a hierarquia entre esses planos.

O estatuto dessas semióticas-objeto será regulado, então, pelo princípio de integração, que é justamente a relação de interdependência estabelecida entre os diversos níveis de pertinência (FONTANILLE, 2008a, 2008b) e a integração entre os níveis pode ocorrer, a princípio, de duas formas distintas: em um **sentido ascendente** ou em um **sentido descendente**¹, sendo que uma mudança de nível implicará sempre uma mudança de perspectiva no tratamento da semiótica-objeto. Isso quer dizer que o:

[...] princípio da integração faz com que os textos inscritos nos objetos, eles mesmos implicados nas práticas, não tenham o mesmo estatuto, nem tenham todos o mesmo “sentido”. O texto literário, inscrito em um livro, em geral não diz nada sobre a maneira como é preciso organizar a prática na qual ele funcionará como texto, em contrapartida, o manual de instrução, de um kit de montar, descreve e organiza a prática da montagem. (FONTANILLE, 2008a, p. 31-32)

Embora se tenha simplesmente textos inscritos em objetos, há aqui duas semióticas-objeto distintas: o texto literário e o texto do manual de instrução. Eis o nosso caso: o texto epistolar, assim como o texto do manual, explica, revela e/ou sistematiza direta ou indiretamente a prática na qual ele pode existir, ou seja, a prática epistolar/postal. Isso

¹ Cabe aqui um pequeno esclarecimento sobre o emprego que se faz dos termos **superior** e **inferior** ao tratarmos da integração entre os níveis de pertinência. Dizemos que os níveis podem ter dois sentidos de integração entre si, um **ascendente** e outro **descendente**, porque essa ideia está na origem do percurso, isto é, o percurso da expressão descreve a construção do sentido como algo que parte do mais simples, mais baixo, até chegar ao mais complexo, ou mais alto, indicando que diversas camadas de sentido sobrepreõem-se, portanto. Essa mesma interpretação analítica com base na espacialidade e na relação entre a altura e os diversos espaços não é nova em semiótica, e já está presente no percurso gerativo do sentido, em que temos um nível mais profundo, das oposições fundamentais, e um nível de superfície, o nível semionarrativo.

quer dizer que, no caso de um texto de estatuto meramente literário, a semiótica-objeto (livro literário) pode ser apreendida de uma só maneira, que obedece ao sentido “natural” (ou canônico) do percurso: o sentido ascendente, já que temos o texto-enunciado, inscrito em um objeto-livro. Já o segundo caso, o do texto do manual de instrução e o do texto epistolar, implica dois tipos distintos de integração entre os níveis de pertinência: (1) uma primeira integração entre o nível da prática e o do texto-enunciado, já que a prática de constituição do objeto está descrita/inscrita no texto; e (2) uma segunda integração entre esse “texto-prático” com o objeto e a prática em que o próprio objeto se insere. Ou seja, ao se tratar de objetos como a carta (e não apenas o discurso nela inscrito, se é que aqui podemos fazer uma distinção entre texto e discurso sem maiores problemas), tem-se uma mudança de nível de pertinência de análise, englobando assim, na verdade, mais de um nível de pertinência: parte do “texto-enunciado” (o texto epistolar), que deve integrar-se a dois níveis superiores: o objeto (a carta em si e suas faces formal e material) e a prática epistolar/postal, respectivamente.

Para que possamos ver de maneira mais clara como se relacionam entre si os níveis de pertinência/imanência e sua hierarquia, podemos observar, a seguir, a tabela, que se baseia na síntese proposta por Fontanille (2005b, 2008a, 2008b), e que sistematiza o que dissemos até aqui:

Tabela 1: Representação do Percurso gerativo da expressão (instâncias formais) e dos tipos de experiência semiótica, segundo Jacques Fontanille

	TIPO DE EXPERIÊNCIA	INSTÂNCIAS FORMAIS
1	<i>Figuratividade</i>	Signos
2	<i>Coerência e coesão interpretativas</i>	Textos-enunciados
3	<i>Corporeidade</i>	Objetos
4	<i>Prática</i>	Cenas práticas
5	<i>Conjuntura</i>	Estratégias
6	<i>Éthos e comportamento</i>	Formas de vida

A instauração do primeiro – e mais inferior, portanto – dos níveis de pertinência, o nível dos **signos**, respeita evidentemente a reflexão semiótica instaurada por Greimas que vai do que há de mais simples ao que há de mais complexo. Os signos seriam então as unidades mínimas passíveis de análise. No verbete “signo” do *Dicionário de Semiótica* (2008, p. 462-464) encontramos uma boa definição que nos ajuda a entender por que é que Fontanille trata esse como o nível mais elementar do percurso da **expressão**:

[...] se a análise da manifestação, ao visar ao reconhecimento e ao estabelecimento dos signos mínimos, constitui uma premissa necessária, a exploração semiótica não começa verdadeiramente a não ser **aquém do signo mínimo** e deve ser prosseguida em cada um dos planos da linguagem separadamente, nos quais as unidades constitutivas não são mais signos, e sim **figuras**. [...] Signo designa comumente, nesse caso, “alguma coisa que aí está para representar outra coisa”. Empregado em semiótica, denomina, então, **uma forma da expressão qualquer**, encarregada de traduzir uma “ideia” ou uma “coisa”. (grifo nosso)

Ou seja, mesmo sem empregar a noção de experiência figurativa propriamente dita, Greimas e Courtés deixam evidente que o signo, enquanto forma de expressão, é realmente de ordem figurativa. Por essa razão, evidentemente, Fontanille empregará, como vemos em

alguns de seus esquemas, não apenas os “signos”, mas sim, as “figuras-signos” (FONTANILLE, 2008a, p. 18) como o elemento primeiro, do percurso da expressão.

O segundo nível, aquele que vem logo após as figuras-signos, é o dos **textos-enunciados**, sendo que o texto (em sentido lato) é, como vimos, nada mais que a reunião de “figuras semióticas organizadas em um todo homogêneo [...] sobre um mesmo suporte ou veículo” (FONTANILLE, 2005b, p. 18). Passamos assim das unidades mínimas (os signos) ao **conjunto significante**. Esse é também o nível de pertinência por excelência da semiótica greimasiana, de uma forma geral, já que, como bem sabemos, ela ancorava no texto toda a sua fundamentação teórica por considerá-lo a manifestação mais palpável da significação.

A mudança de nível de pertinência das figuras-signos aos textos-enunciados não é algo efetivamente novo, pois esse sempre foi o domínio da semiótica. A novidade está no que chamamos de “saída do texto”. Ao sair do texto-enunciado caminhamos na direção dos objetos semióticos e de sua relação com os sujeitos, ou ainda, com os corpos dos sujeitos. O que nos faz lembrar que textos-enunciados possuem dois planos de imanência: (1) uma face formal que acolhe coerentemente as figuras-signos do nível inferior, com a qual já estamos familiarizados, pois é o nível do texto por excelência; e (2) uma face substancial que funciona como uma espécie de “força” que se apoia sobre um suporte-objeto, que serve por sua vez como “dispositivo de inscrição” (FONTANILLE, 2008b, p. 21). O texto-enunciado, então, encontra, em um nível de pertinência superior, o terceiro nível do percurso, um “suporte” de inscrição que terá, dessa forma, o estatuto (sempre do ponto de vista da experiência semiótica) de um “corpo-objeto”. É dessa maneira, incorporando o suporte de inscrição e sua materialidade à análise que extrapolamos efetivamente o nível puramente textual.

No caso das cartas, o objeto suporte de inscrição do texto-enunciado verbal (o texto e o discurso epistolares) será quase em todas as situações, uma (ou mais) folha de papel que, graças a suas propriedades materiais, pode ser marcada, riscada, por outro instrumento, uma caneta, um lápis, ou outro objeto qualquer que ofereça condições para a escrita e para a posterior leitura. Dessa forma, já podemos entrever que os corpos-objetos, assim como o nível anterior, possuem também dois planos de imanência: (1) uma forma sintagmática local, que seria a superfície ou o volume de inscrição, que é passível de receber inscrições significantes enquanto suporte de textos-enunciados (o papel da carta, o envelope); e (2) uma substância material que lhe permite desempenhar um papel actancial ou modal nas práticas de leitura e escrita de cartas.

O nível de pertinência das práticas semióticas implica também dois planos de imanência: (1) a forma-cena, associada ao núcleo predicativo da prática, que permite, sintagmaticamente, acolher de maneira congruente signos, textos e objetos (ou seja, níveis inferiores), fornecendo, no interior da prática, papéis congruentes a esse conjunto de elementos; e (2) o que podemos chamar de acomodação, ou o processo no qual as estratégias encontram uma base para relacionar entre si os objetivos e as consequências entre outros atores e práticas. Ou seja, “a *forma* das práticas é predicativa (mais precisamente processual) e seu *sentido* é estratégico” (FONTANILLE, 2008b).

Daí extrai-se o quinto nível de pertinência, a **estratégia**, que é, pois, um princípio de composição sintagmática das práticas entre si mesmas. O carpinteiro, por exemplo, articula mais de uma prática ao realizar suas tarefas (na forma de comportamentos com-

plexos) e, para tanto, vale-se de estratégias específicas. A escolha da ferramenta adequada à prática técnica que dever ser executada é uma escolha estratégica. A resistência da madeira está intimamente ligada à forma da ferramenta que deverá ser empregada e, para se construir uma mesa, por exemplo, diversas práticas estratégicas deverão estar encaixadas: escolher o material, serrar, aplinar, colar, pregar, lixar, pintar. A construção de uma mesa para uma sala de jantar reunirá práticas distintas daquela que permanecerá ao ar livre. Esta última deverá ser feita muito provavelmente de uma madeira mais sólida, e serão necessários certos tratamentos que melhor a conservarão. Uma prática estratégica possível seria a pintura – a utilização de uma camada de tinta, por exemplo, que também exigiria um saber-fazer específico e ferramentas próprias – que protegeria a madeira da água da chuva e do calor do sol. Vemos, assim, nesse pequeno exemplo, que as estratégias organizam processos diversos e complexos, valendo-se não apenas das cenas práticas, mas também de morfologias próprias de níveis de pertinência mais inferiores, essencialmente, nesse caso, o nível dos objetos.

No caso da carta, uma estratégia possível para a manutenção e regulação da correspondência entre os sujeitos epistolares é o emprego da cena predicativa da súplica (cuja expressão “peço-lhe de joelhos”, de algumas cartas de Mário de Sá-Carneiro é exemplar). Esse mesmo tipo de construção também pode dar origem à forma de vida, quando pudermos extrair formas típicas das estratégias empregadas entre as cenas práticas.

Desse modo, o plano de imanência das estratégias apresenta duas perspectivas distintas: (1) uma face formal que tende aos níveis inferiores e que gerencia e controla os processos de acomodação entre as práticas; e (2) uma face substancial, voltada ao nível superior que, ao ser esquematizada, mostra-se como uma forma de “iconização dos comportamentos em formas de vida” (FONTANILLE, 2008b, p. 31).

Já no início da década de 1990, Fontanille (1993, p. 9) nos dizia que:

As formas de vida são enunciações na medida em que a manifestação de uma entidade discursiva e figurativa qualquer [...] convoca, para sua interpretação e sua discursivização, o conjunto das adaptações e das seleções operadas no percurso gerativo pelo uso, em vista de realizar uma forma de vida inteira. Essa convocação passa por um ato de linguagem e toma a forma de um sintagma enunciativo identificável.

Do ponto de vista do plano da expressão, a forma de vida pode ser interpretada como uma “deformação coerente” obtida graças à repetição e à regularidade dos conjuntos de estratégias empregados na articulação das cenas práticas entre si. No entanto, se cada nível do percurso herda não apenas o último nível anterior, mas todos os níveis anteriores, uma forma de vida reúne em si não apenas cenas práticas articuladas por estratégias, mas também figuras, textos-enunciados e objetos específicos.

A forma de vida é uma experiência semiótica que dá lugar a uma espécie de sentimento de identidade e de comportamento, graças à regularidade de um conjunto de processos, de procedimentos de acomodação estratégica, sendo, enfim, a própria experiência de um *étos*. Essa experiência tendo sido convertida em um dispositivo de expressão, um estilo que exprime uma atitude, pode, certamente, integrar-se à totalidade dos níveis inferiores para produzir globalmente uma configuração pertinente para a análise das culturas.

A forma de vida é, assim, também um caso de isotopia, de recorrência intensa de diversas propriedades significantes (os outros cinco níveis de pertinência).

Para que possamos melhor visualizar essa relação, acrescentamos à tabela anterior a síntese das interfaces entre os níveis de pertinência (FONTANILLE, 2008b, p. 34):

Tabela 2: Representação do Percurso gerativo da expressão (instâncias formais), dos tipos de experiência semiótica e das Interfaces, segundo Jacques Fontanille (2008b)

TIPO DE EXPERIÊNCIA	INSTÂNCIAS FORMAIS	INTERFACE	
<i>Figuratividade</i>	Signos	<i>Formantes recorrentes</i>	
<i>Coerência e coesão interpretativas</i>	Textos-enunciados	<i>Isotopias figurativas da expressão</i> ----- <i>Dispositivo de enunciação/inscrição</i>	Forma Substância
<i>Corporeidade</i>	Objetos	<i>Suporte formal de inscrição</i> ----- <i>Morfologia praxica</i>	Forma Substância
<i>Prática</i>	Cenas práticas	<i>Cena predicativa</i> ----- <i>Processos de acomodação</i>	Forma Substância
<i>Conjuntura</i>	Estratégias	<i>Gestão estratégica das práticas</i> ----- <i>Iconização dos comportamentos estratégicos</i>	Forma Substância
<i>Éthos e comportamento</i>	Formas de vida	<i>Estilos estratégicos</i>	

Como podemos ver, a cada nível pode-se distinguir, por conta do princípio de imanência, uma instância formal (forma) de uma instância material (substância). O sistema de encaixe entre os níveis, ou seja, a sua integração, permite que cada nível integre a instância material de um nível inferior e sirva também de instância material a um nível superior, como nos diz Fontanille (2008b, p. 35), “obedece[ndo] a um princípio constante: a esquematização, em um nível dado, das propriedades materiais e sensíveis que estavam associadas às semióticas-objeto dos níveis precedentes”. Ou seja, temos aqui a conversão de uma experiência semiótica em um dispositivo de expressão que pode ser, enfim, associado a um plano de conteúdo.

As interfaces, portanto, tais quais as vemos no esquema anterior, evidenciam certamente uma relação de contiguidade e interdependência entre os níveis de imanência, que se ajustam uns aos outros como em uma relação de encaixe, tal qual um jogo de montar em que o resultado final é a significação. As **práticas semióticas**, dessa maneira, apresentam-se como o núcleo desse constructo, pois ocupam justamente uma posição intermediária na hierarquia do percurso e, desse modo, podem, de um lado, acolher as formas inferiores, com as figuras-signos, os textos-enunciados e os corpos-objetos e, de outro lado, compor os níveis superiores em que se organizam as estratégias e as formas de vida.

Entretanto, por mais que diante da esquematização dos níveis de pertinência pareça natural imaginar que ou a integração respeita sua forma canônica ascendente (das práticas às formas de vida) ou, ao contrário, segue uma ordem inversa, descendente (das práticas aos textos-enunciados, por exemplo), existem, na verdade, outras formas de integração possíveis. Um olhar mais atento pode então evidenciar os encaixes que não ocorrem entre dois níveis subsequentes, ou seja, integrações irregulares, entre níveis que estão disjuntos. Estas formas de integração irregular seriam as integrações sincopadas, ou simplesmente, **síncopes**, que podem também ser ascendentes ou descendentes.

As sínopes ascendentes são aquelas em que um ou mais níveis no percurso de integração são ultrapassados, seja em situações em que vamos do texto-enunciado direto às formas de vida, seja em situações em que partimos dos objetos diretamente às estratégias. O mesmo ocorre com as sínopes descendentes, só que em sentido contrário. No primeiro caso temos uma relação de encadeamento de níveis, de somatória, e no segundo caso há uma redução do número de dimensões. E tanto os dois percursos não se opõem, que, na direção ascendente, um texto pode aparecer inscrito em um objeto, podendo ser manipulado em uma prática e, na descendente, uma forma de vida poderá ser inteiramente simbolizada por uma única prática semiótica, ou até mesmo, em uma síncope ainda maior, encenada em um texto-enunciado.

Como vimos até aqui, as práticas parecem realmente ser o nível de excelência no percurso da expressão, pois geralmente será sempre esse o nível mais visível nos processos de condensação ou de desdobramento entre os outros níveis de pertinência. Por essa razão o estabelecemos como o nível ideal para observar o funcionamento das cartas, já que dessa maneira podemos identificar as figuras-signos, os textos-enunciados, e os objetos-suportes, de um lado, que estão na base da prática epistolar e a constroem efetivamente, e, de outro, investigar as acomodações estratégicas entre essa prática e outras possíveis, que, juntas, nos levarão, certamente, a uma forma de vida epistolar.

Da figuratividade à cena prática: um salto icônico

Um caso extremo de condensação no percurso descendente e sincopado que permite o redesdobramento ascendente é o fenômeno de simbolização, isto é, uma prática, ou mesmo uma forma de vida inteira, pode ser simbolizada a partir da produção de uma grande síncope do último nível ao primeiro. Uma logomarca, por exemplo, é o caso típico em que isso ocorre: a logomarca sozinha manifesta, sem intermediação de níveis, um texto, uma prática (a área de atuação da empresa) e uma forma de vida (os valores, os estilos estratégicos que cercam a empresa).

O selo e o carimbo são ainda marcas icônicas da ancoragem espaço-temporal que, assim como as fórmulas de abertura da carta, as estruturas dêiticas empregadas pelo remetente, e a própria destinação inserida no envelope, revelam a localização do sujeito, atestando a sua existência material. Papéis de carta e cartões-postais timbrados também criam o mesmo efeito de ancoragem icônica. Neles, pode-se encontrar a representação tanto do próprio estabelecimento, e sua arquitetura externa e/ou interna, como um motivo “fantasia” qualquer, como vemos nos dois exemplos a seguir:



Fantaisies-Attractions:

Figura 1. Timbre extraído de Cartão postal timbrado de 02 de janeiro de 1913 (Biblioteca Nacional, 1990, p. 82)



Figura 2. Timbre extraído de Papel de carta timbrado de 30 de junho de 1914 (Biblioteca Nacional, 1990, p. 86)

Inscrita ao lado de um timbre qualquer, a presença do remetente acaba sendo intensificada, já que pode levar ao seu destinatário a própria ambiência na qual supostamente escreveu a carta. Sá-Carneiro frequentava diversos cafés espalhados por Paris, aos quais muitas vezes fazia referência nas suas cartas, como na carta de 25 de março de 1913 (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 91), em que podemos ler:

P.S. – Quando ler o H. *dos sonhos* ao G. Pulido não se esqueça de me dizer a opinião dele. E do Ramos não se sabe nada?

O
Sá

Escreva breve!

Olhe que não mudei de hotel. Sempre 50, rue des Écoles. Isto é um Café aonde por sinal estou à espera do Santa-Rita. [...]

Como vemos, trata-se de um trecho de um *post-scriptum* de Sá-Carneiro. Mas o que nos interessa aí é a referência ao Café: “Isto é um Café”. O papel da carta trazia a inscrição do timbre do “Hotel de France et de Bretagne” cujo Café Sá-Carneiro frequentava, como se percebe por sua correspondência. É por essa razão que Mário de Sá-Carneiro sente a necessidade de explicar a Pessoa que o hotel em que está hospedado não é o hotel que surge na carta, *timbrado*. Desse modo, mesmo que nem sempre possamos ler o próprio sujeito descrever o café em que se encontra, como nesse caso, e mesmo que a carta

que envia em papel timbrado não tenha sido escrita no próprio ambiente ali evocado, o timbre é certamente um elemento que reforça a ancoragem da cena epistolar, podendo até mesmo construir falsas situações como a aqui descrita.

Cruzamentos entre as práticas: comentário

Há três períodos de cartas em que há atraso na entrega da correspondência – uma prática postal – que são exemplares de como a forma de vida da espera e do desespero e a forma de vida epistolar estão interligadas e como a prática epistolar está subjacente à prática postal, que pode mesmo alterar o seu regime de sentido.

O primeiro período de atraso em que podemos ler o desespero enunciado do sujeito vai de 22 de julho a 07 de agosto de 1915. Mas ele só pode ser percebido, em toda a sua *intensidade*, se retornarmos a duas cartas anteriores (dos dias 16 e 17), que apontam para a forma como o sujeito vai instalar-se na primeira fase da sequência passional, isto é, na *confiança*. No entanto, após uma sequência de enunciados patemizados (“Estou tranquilo no momento em que lhe escrevo [mas] Fico ansioso pela sua resposta”, do dia 16/07; “Estou ansioso pelas suas notícias. [...] *Não se esqueça de mim*. Conto consigo”, do dia 22/07; “Meu querido Fernando Pessoa – por amor de Deus não se “disperse” – e não deixe de me responder imediatamente – mesmo que lhe seja impossível!”, de 28/07”), o sujeito perde a confiança e, quase colérico (“Você não tem o direito de me negar”, de 02/08), sentindo a dor da espera, não mais acredita na confiança que depositava na amizade com o outro (“não lhe desculpo”). No entanto, seus sentimentos são paradoxais, pois “apesar de tudo”, apesar de profundamente desapontado (“custa acreditar que você não tivesse tido *dó* de mim”, de 02/08) o sujeito ainda “conta” com o outro. Isso aponta para a resistência da forma de vida epistolar (baseada na confiança recíproca, que pode assumir ainda a forma da admiração no seio da amizade) que, mesmo em meio à dispersão quase certa, mantém-se no *ainda*, buscando o *sempre*. O sujeito, quase *não-quer-ser*, tendo chegado ao seu limite. Mas a resposta do destinatário lhe chega e, justamente pela persistência do sujeito, a tensão desfaz-se na carta do dia 7 de agosto:

Meu Querido Fernando Pessoa,

Recebi ontem o seu postal de 2 que muito do coração agradeço. Você decerto já me perdoou a minha última carta – mas, de joelhos por ela lhe venho suplicar perdão. **Nunca julguei que uma carta pudesse levar tanto tempo de Paris a Lisboa.** Assim logo que foi 6ª feira comecei a pasmear da ausência do telegrama – agravada pela falta completa de notícias suas. (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 259-262, grifo nosso)

Desse modo, vemos que não basta chegar ao desespero: para desesperar-se por completo, o desespero deve *durar no tempo*, para que se prove, por exemplo, que o atraso não é fruto da deserção do outro (que teria abandonado a confiança recíproca, a amizade de alma) mas sim da falta de ajustamento entre a prática epistolar e a prática postal, algo que, em todo o caso, o próprio sujeito esperançosamente já supunha: “embora o desarranjo dos correios...”.

O segundo período de atraso, embora mais curto, segue o mesmo padrão. Após ter indicado em carta de 19 de outubro de 1915 (2004, p. 310), que recebeu um postal de Pessoa (“Recebido o postal de 14”), inicia assim a carta seguinte, de 24 de outubro:

Estou surpreso do seu silêncio, tanto mais após o postal de há dias que anunciava para o dia seguinte uma carta. Ter-se-ia ela perdido? [...] Escrevi para a Livraria a relembrar o pedido de massas para o começo de Novembro. Cuide-me do assunto, conforme o costume. Pedi desta vez para que chegue a 6 ou 7. Não mos largue – **embora eu tenha dinheiro**. Não mos largue e diga o que há. Sobretudo escreva. Mil abraços. Até breve carta. O seu

M. Sá-Carneiro (2004, p. 311, grifo nosso).

Mas esse segundo período é só uma *ameaça de desespero*, pois não tarda a resposta, que Mário de Sá-Carneiro indica em 29 de outubro. É de se notar que no período anterior, até obter resposta, Sá-Carneiro enviava cartas diárias e insistentes. Nesse momento **tendo dinheiro** (“não mos largue embora eu *tenha dinheiro*”), o sujeito é menos inquieto, pois tem garantida a sua permanência material, e sua espera é mais resistente ao tempo. Vejamos a carta do dia 29:

Já estava com cuidado. Habitado a receber notícias **suas mais duma vez por semana** – seguramente há 10 dias ou mais que não recebia nada seu – quando particularmente, no seu último postal você me anunciava uma carta para o dia seguinte. Rogo-lhe que faça todo o possível para evitar esses longos períodos de silêncio. Quando nada me tenha a dizer, mande-me saudades num postal. Sim? Eu farei o mesmo. (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 311-314, grifo nosso)

Como podemos ver nessa carta, tudo indicava que o sujeito iria entrar, mais uma vez, no esquema do desespero, até mesmo pelo anúncio de carta que não se concretiza (“o postal de há dias que anunciava para o dia seguinte uma carta”), mas o estado de espírito do sujeito aqui, justamente por ter dinheiro, já é outro: ele estava *menos disposto a não-ser*, querendo, com maior persistência *ser*. Como vemos, não basta o atraso da carta, pois é preciso que o sujeito esteja disposto a entrar em desespero para que então isso ocorra.

E muitas outras vezes o sujeito, disposto ao desespero, ver-se-á prestes a iniciar outra fase de *espera desesperada*, como em carta de 10 de novembro de 1915 em que diz, logo de início, “Afiml você prometeu-me uma carta para ontem – e nem ontem, nem hoje” (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 319), sem, no entanto, realizar a sequência completa, já que dentro do prazo esperado, concebendo, ainda, certo atraso como natural da troca epistolar, as cartas que espera *ainda* chegam.

Já o terceiro período, que se inicia em 21 de janeiro de 1916, três meses antes do fim da correspondência, nos mostra mais uma sequência de desespero também estereotipada. Como se trata de uma sequência estereotipada, de forma geral algumas figuras mudam, mas a isotopia dominante é a mesma: a falta das cartas, por qualquer motivo que seja, leva o sujeito ao desespero. Vejamos a primeira carta:

Tenho uma grande carta a escrever-lhe que tem sido retardada em virtude de **estar à espera** de notícias suas as quais, desta vez vão demasiadamente tardando! *Por amor de Deus não se esqueça de mim* – escreva-me o mais breve possível. (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 348, grifo nosso)

Colocando-se à espera, disposto portanto, o sujeito permite que, em um crescendo, o seu ânimo altere-se, como vemos na carta seguinte, de 26 de janeiro:

Francamente é inadmissível, meu querido Amigo o seu procedimento. **Não há razão nenhuma que o explique:** física ou química, moral, social ou febril ou fabril. Não, mil vezes não! Tem lá umas poucas cartas a que não me responde! Há 15 dias feitos que não recebo uma linha sua. Quem sabe até quando isto se prolongará! (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 348-349)

Da mesma maneira que no período anterior, o atraso passa a ser “indesculpável”, pois frustra intensamente o sujeito. E, assim, na carta seguinte, do dia 30, passando já pelo grande descontentamento que o atraso lhe causa, o desespero logo se instaura:

Agora já não estou só zangado meu querido amigo – **estou muito inquieto**. A sua falta de notícias prolonga-se de maneira tão extraordinária que receio que ela seja devida a qualquer grave contratempo-doença. Queira Deus que não. Mas estou muito assustado. Se no próximo sábado não receber notícias suas telegrafo ao Vitoriano Braga a perguntar por você. [...] Suplico-lhe que escreva. Mil abraços do seu muito seu.

Mário de Sá-Carneiro (2004, p. 349)

Telegrafar para outra pessoa (estranha à correspondência) quebraria a relação de intimidade e confiança que os sujeitos estabeleceram. Por essa razão, para manter ainda que um mínimo resquício da troca epistolar, mesmo que em desespero, o sujeito prefere *ainda esperar*. E, se na carta de 26 de janeiro já fazia 15 dias que não recebia notícias de Pessoa, em 30 de janeiro já se somavam quase 20 dias de espera. Para um sujeito que escreve quase diariamente e exige cartas ao menos semanais, isso era o sinal do próprio fim da correspondência. No entanto, o período, mais uma vez, resolve-se euforicamente, quando enfim recebe notícias, como podemos ver na carta de 1º de fevereiro:

Recebi ontem **a sua linda carta** de 26 que muito agradeço. [...] Você por amor de deus não volte a tão longos períodos de silêncio! Quando não puder escrever avise-me num postal do gênero deste. (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 350, grifo nosso)

Desse modo, diante da resposta do outro (na “linda carta”) a confiança é restabelecida. No entanto, assim como ocorre em outras cartas, o medo, a dúvida, permanece no sujeito: “não volte a tão longos períodos” é a forma de súplica que indica como a sombra do desespero está sempre à espreita na correspondência de Sá-Carneiro.

Pelo que pudemos ver até aqui, temos na correspondência, com maior ou menor intensidade, a concretização do esquema passional canônico do desespero nos três períodos mostrados, que podem ser considerados períodos típicos, todos eles influenciados diretamente por uma prática exterior à prática epistolar, efetivamente, que, no entanto, regula sua existência.

Nesses três períodos típicos, vemos que são as primeiras cartas que descrevem ou confirmam o estabelecimento da **confiança recíproca**, marcando assim o início do esquema, na forma de um despertar afetivo. Na sequência, estabelece-se uma **identidade em espera** – intrinsecamente epistolar – que poderá tomar o atraso como uma forma de **frustração de suas expectativas**. Sensibilizado na frustração, o sujeito Sá-Carneiro pas-

sa a um estado de **intenso suplício**, evidenciando o seu descontentamento, que será então moralizado (por si mesmo) como um **sujeito desesperado**, prestes a se autoaniquilar por não mais *querer-ser*.

Assim, podemos dizer que na fase do **despertar afetivo** do sujeito um *dever-ser* se instala: os dois sujeitos interlocutores *devem-ser* sinceros, verdadeiros, e, cada um deles, aceitando a troca epistolar, deve fazer, a sua maneira, sua manutenção. Essa fase, por mais que apareça aqui como a fase inicial de períodos específicos de desespero é, como dissemos, inerente à prática epistolar, sendo na verdade estabelecida já no início da correspondência. Para manter o destinatário ligado à troca, o sujeito remetente vale-se, como dissemos, da sinceridade fiduciária (e também da cena da súplica, buscando a compaixão do outro). Já o destinatário deve “apenas” responder às cartas, também supostamente em sinceridade, mantendo, ao menos uma *mínima periodicidade*. Se há periodicidade e sinceridade, há reciprocidade, e então a **confiança recíproca** (que na *amizade* encontra a sua realização ideal) está realmente instaurada.

Uma vez estabelecida (e confirmada) a confiança, o sujeito dispõe-se a esperar. Desse modo, na **fase da disposição**, a **espera** surge quase como a própria **identidade** do sujeito que guarda em si a memória (um *saber*) dessa confiança que permite a troca epistolar: o sujeito *quer-ser* e *sabe* que *pode-ser*, ou seja, *confia* em alguma coisa ou em alguém, *espera*, assim, por alguma coisa ou por alguém. A **sensibilização do sujeito**, no esquema do desespero, surge, portanto, como já dissemos, da ruptura dessa confiança, e dessa maneira o **atraso** (ou a mentira, embora nas cartas não haja esse tipo de caso) é tomado pelo sujeito **como uma forma de frustração**.

Para concluir

Pelo que pudemos destacar até o momento, parece-nos evidente que para determinar o tempo de demora de uma carta diversas variáveis devem ser levadas em conta, pois é preciso primeiro conhecer o meio em que as cartas circulam e qual o tempo normal/habitual que uma carta leva para percorrer uma determinada distância nesse meio. Esse conhecimento dá-se apenas no âmbito da própria prática “em ato”, e uma vez descoberto, segmentado pelo sujeito, lhe dará a “confiança” necessária para medir o tempo de sua espera – é somente desse modo que Sá-Carneiro pode, como apontamos anteriormente, saber que uma carta leva 6 ou 7 dias para chegar ao seu destino. Assim, é justamente a partir do hábito, e do estabelecimento de um papel – o papel *patêmico* do esperançoso (que é próprio ao epistológrafo) que se medirá o tempo de demora das cartas. Dois trechos de duas cartas distintas (de 2 de agosto e de 29 de outubro), respectivamente, confirmam como o sujeito estabelece para si um tempo-limite de espera tolerável:

noutros tempos você não procedia assim: **não tinha amigo mais diligente, que mais depressa respondesse às minhas cartas!** (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 258, grifo nosso)

Já estava com cuidado. **Habitado a receber notícias suas mais duma vez por semana – seguramente há 10 dias** ou mais que não recebia nada seu. (SÁ-CARNEIRO, 2004, p. 311, grifo nosso)

Por hábito, ou seja, por já saber como funcionam os mecanismos da correspondência (conhecendo assim o tempo que o amigo leva para responder e o tempo que o

sistema postal leva para “computar” a carta), por conhecer muito bem a prática na qual se inscreve, por experimentar, enfim, a troca epistolar como uma forma de vida, o sujeito pode constituir um intervalo temporal, razoavelmente maleável, mas que obedece a limites bem estabelecidos. Se a troca epistolar da qual participa funcionar em um tempo contado em dias ou semanas, não será *eficiente* em um tempo mensal ou anual.

A manutenção da troca e as estratégias de súplica e sinceridade têm por objetivo, portanto, fazer o outro sujeito escrever, ou *se inscrever*, nesse espaço restrito de tempo. E por isso o sujeito Sá-Carneiro ditará protocolos de comportamento que deveriam ser seguidos à risca pelo seu destinatário, buscando evitar que o amigo, quando escrevesse, atrasasse sua correspondência, como, por exemplo, em: “**Escreva-me** pois uma Grande Carta, **na volta do correio**: por amor de Deus!! (2004, p. 259-262, grifo nosso); e “Informe-me **na volta do correio** do que houver pela Livraria” (p. 320-321, grifo nosso). Receber a carta e, ao acabar de lê-la, respondê-la: para o sujeito Sá-Carneiro, predisposto ao desespero, essa seria a prática ideal de escrita de cartas à qual Pessoa deveria submeter-se.

Por isso o **atraso inesperado** o frustra sempre de maneira intensa. O medo da frustração adquire a forma de uma *dúvida* do sujeito, uma dúvida que abala a sua confiança: e com a confiança abalada, o sujeito aproxima-se ainda mais do desespero. No entanto, é de se notar que, ainda próximo do desespero (a um passo da emoção, do suplício), o sujeito continua *em espera*, já que o desespero não implica, necessariamente, o abandono da correspondência, podendo surgir ao longo da troca epistolar de maneira intermitente, e já que a espera é intrínseca ao gênero de prática que, por fim, o sujeito pratica.

A espera assume o lugar de uma forma de vida subjacente à própria forma de vida epistolar: o sujeito enquanto espera por cartas, espera pela vida que deseja, espera pela morte que a princípio rejeita. Desse modo, a escrita, e mais particularmente a escrita de cartas, confirma-se como uma maneira de conservação da sua identidade, uma forma possível de viver a vida. A carta, tornando-se o único “meio” de vida desse sujeito, materializa-se como objeto inerente às suas práticas cotidianas, como a sua voz, a sua gestualidade, enfim, como parte do seu próprio corpo sensível que, por meio dela, quer se (re)encontrar.

REFERÊNCIAS

FONTANILLE, Jacques. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. Tradução de Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz et al. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva; PORTELA, Jean Cristtus (Org.). *Semiótica e mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: Unesp/Faac, 2008a. p. 15-74.

_____. *Pratiques sémiotiques*. Paris: PUF, 2008b.

_____. *Semiótica do discurso*. Tradução de Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Textes, objets, situations et formes de vie. In: ALONSO, Juan et al. (Org.). *La transversalité du sens*. Parcours sémiotiques. Saint Denis: PUV, 2006. p. 213-240.

_____. Du support matériel au support formel. In: KLOCK-FONTANILLE; ARABYAN, Marc (Org.) *L'écriture entre support et surface*. Paris: L'Harmattan, 2005. p. 183-200.

_____. Les formes de vie. Présentation. *Recherches Sémiotiques*, Semiotic Inquiry – RSSI, Toronto: Association Canadienne de Sémiotique, v. 13, n. 1, p. 5-12, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien. Le beau geste. *Recherches Sémiotiques*, Semiotic Inquiry – RSSI, Toronto: Association Canadienne de Sémiotique, v. 13, n. 1, p. 21-35, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das Paixões*. Tradução de Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

PORTELA, Jean Cristtus. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva; PORTELA, Jean Cristtus (Org.). *Semiótica e Mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: Unesp/Faac, 2008b, p. 93-113.

SÁ-CARNEIRO, Mário de. *Correspondência com Fernando Pessoa*. Edição de Teresa Sobral Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.